

## POSITIVISMO SEGUE DESRESPEITADO

Cobertura das religiões no jornalismo se concentra no monoteísmo. Por Gustavo Biscaia de Lacerda, **página 2**

## REFORMA TRIBUTÁRIA COMEÇA EM 2025

Desafios, transição fiscal e estratégias para as empresas diante da nova legislação. Por Pier Paolo Atti, **página 2**

## PÂNICO NA FARIA LIMA

Há chance de o Brasil ter encerrado 2024, com superávit primário? Por Marcos de Oliveira, **página 3**

## Mudanças na Meta preocupam anunciantes

Anunciada na terça-feira da semana passada, a decisão da Meta – conglomerado detentor do Facebook (e Messenger), Instagram e WhatsApp, dentre outras plataformas – de encerrar seu programa de checagem de fatos levanta preocupações sobre o futuro da responsabilidade social nas plataformas digitais e o impacto nos investimentos publicitários. Para Bruno Almeida, CEO da US Media, hub de soluções de mídia, a medida pode ter consequências significativas para a empresa.

“Essa decisão surge em um cenário em que a responsabilidade social das plataformas digitais nunca esteve tão em evidência”, afirma Almeida. “Olhando para o passado, há indícios de que os anunciantes não estão confortáveis com essa falta de controle de informações”, completa, lembrando do movimento #StopHateForProfit de 2020, quando grandes marcas boicotaram a Meta em protesto contra as políticas de moderação da empresa.

Almeida aponta para o caso do X/Twitter, em que a gestão de Elon Musk resultou numa perda de cerca de 50% da receita com publicidade, como exemplo dos riscos da falta de controle sobre conteúdo e a proliferação de desinformação.

Pesquisa realizada pela Unesco revelou que apenas um terço (36,9%) dos influenciadores digitais verificam informações antes de compartilhá-las com seus seguidores. Dos 63,1% que admitiram não verificar a veracidade dos fatos de maneira prévia à divulgação, 33,5% relataram que, caso confiassem na fonte ou no creator, compartilhariam o conteúdo sem verificá-lo. Outros 15,8% apenas compartilham o conteúdo que acham divertido ou útil, sem checar a autenticidade, e 13,2% averiguam a verdade somente quando se trata de notícias.

O levantamento “Behind the Screens” também destacou que o principal critério utilizado pelos criadores de conteúdo para avaliar a credibilidade das fontes é o engajamento, já que 41,7% deles usam curtidas e visualizações como parâmetros. Outros 20,6% confiam no conteúdo quando este é compartilhado por amigos ou especialistas de confiança, ao passo que 19,4% se baseiam na reputação da fonte sobre o assunto. Somente 17% consideram fundamentais documentações e evidências que sustentem a informação.



Qiu Chen, Xinhua

**Casa pega fogo em Pacific Palisades, Los Angeles, Califórnia**

## Seguradoras perdem US\$ 20 bi com incêndios na Califórnia

**Perda não é maior porque apólices não foram renovadas**

Os danos totais e perdas econômicas com os atuais incêndios na Califórnia estão estimados entre US\$ 250 bilhões e US\$ 275 bilhões, de acordo com a empresa AccuWeather Inc. O custo apenas dos danos já chegou na casa dos US\$ 50 bilhões, avaliam analistas do JPMorgan; os danos com seguro somam US\$ 20 bilhões até agora.

O valor dos imóveis atingidos eleva as perdas. Estima-se que mais de 10 mil construções foram destruídas até agora; a grande maioria são casas que valem em média US\$ 3 milhões, segundo a

agência de notícias AFP. Para contextualizar, o incêndio florestal mais caro da Califórnia até hoje, o Camp Fire de 2018, resultou em perdas seguradas de US\$ 10 bilhões. Foram destruídos, então, cerca de 18 mil casas, mas em uma região menos valorizada, com custo médio de US\$ 500 mil.

O prejuízo das seguradoras só não é maior porque em Pacific Palisades, bairro de casas milionárias, milhares de renovações de apólices de seguro foram recusadas no ano passado. De acordo com dados do Departamento de Seguros da Califórnia, entre 2020 e 2022,

as seguradoras se recusaram a renovar 2,8 milhões de apólices de proprietários de imóveis no estado. Mais de 500 mil estavam no Condado de Los Angeles.

O prejuízo não se limita às seguradoras dos Estados Unidos. Resseguradoras do outro lado do Atlântico também terão perdas. A Euronews estima que a Swiss Re deve enfrentar uma perda de cerca de € 160 milhões; a Munich Re, de € 220 milhões; a Hannover Re pode sofrer uma perda de cerca de € 180 milhões; e a Société Commerciale de Réassurance (SCOR), € 50 milhões.

## Vendas de automóveis na China crescem 4,5%; elétricos aumentam 35%

Tanto a produção quanto as vendas de automóveis na China ultrapassaram 31 milhões de unidades, segundo dados do setor divulgados nesta segunda-feira. A produção total de automóveis do país foi de 31,28 milhões de unidades no ano passado, um aumento de 3,7% em relação ao nível de 2023, e as vendas aumentaram 4,5% ano a ano para atingir 31,44 milhões de unidades, de acordo com a Associação Chinesa de Fabricantes de Automóveis. A produção e as vendas permanecem em primeiro lugar globalmente em 2024, de acordo com a associação.

Um dos destaques do setor no ano passado foram os veículos de nova energia (NEVs), elétricos ou híbridos. A produção de NEV cresceu 34,4%, para 12,89 milhões de unidades, e as vendas de NEV aumentaram 35,5%, para 12,87 milhões de unidades. As vendas de NEV representaram 40,9% de todas as vendas de carros novos em 2024, um aumento de 9,3 pontos percentuais em relação a 2023.

No ano passado, o país lançou um programa de troca de bens de consumo multibilionário – o primeiro desse tipo em quase 15 anos – para estimular a demanda

doméstica. A iniciativa impulsionou o consumo significativamente e facilitou a transição verde da indústria automobilística.

De acordo com as políticas do governo, os consumidores que trocam carros antigos por NEVs têm direito a um subsídio de 20 mil yuans (cerca de US\$ 2,8 mil), maior do que o subsídio de 15 mil yuans dado àqueles que optam por substituir seus veículos por carros novos movidos a combustível.

No ano passado, o país exportou 5,86 milhões de veículos, um aumento de 19,3% sobre 2023, mostraram os dados.

## Euro segue ladeira abaixo e poderá valer menos de US\$ 1

O euro caiu abaixo de US\$ 1,02 nesta segunda-feira, marcando o menor valor desde o final de novembro de 2022. O Banco Central Europeu (BCE) definiu a taxa de câmbio de referência para o euro em relação ao dólar em US\$ 1,0198, refletindo o declínio contínuo da moeda. Analistas alertam que o euro pode cair ainda mais, potencialmente testando os níveis mais baixos registrados em 2022.

O Goldman Sachs Group revisou recentemente sua perspectiva para o euro, prevendo que ele poderia cair abaixo da paridade com o dólar, com a taxa de câmbio potencialmente caindo para 0,97 para 1.

A força do dólar é atribuída a dados de emprego inesperadamente fortes nos Estados Unidos, o que reforçou a confiança na economia americana e aumentou a demanda pelo dólar, de acordo com analistas.

## AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS POR ESTRANGEIROS

Burocracia, lentidão do Incra e impacto nos investimentos e na economia rural.

Por Leandro Mirra, **página 4**



## COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 6,0899
Dólar Turismo	R\$ 6,3620
Euro	R\$ 6,2377
Iuan	R\$ 0,8312
Ouro (gr)	R\$ 524,78

## ÍNDICES

IGP-M	0,94% (dezembro)	1,30% (novembro)
IPCA-E		
RJ (dezembro)	0,36%	
SP (dezembro)	0,36%	
Selic	12,25%	
Hot Money	0,63%	

# Em 2024 o positivismo continuou desrespeitado

## Cobertura das religiões no jornalismo se concentra no monoteísmo

Por Gustavo Biscaia de Lacerda

Em 30/12/2024, em uma das tradicionais retrospectivas, o antropólogo Juliano Spyer afirmou na *Folha de S. Paulo* (“O debate e a cobertura sobre religião se profissionalizaram em 2024”) que a cobertura jornalística sobre as “religiões” profissionalizou-se em 2024. Para o autor, a cobertura jornalística das religiões teria melhorado pois (1) mais religiões passaram a ser cobertas, (2) por pesquisadores acadêmicos profissionais e (3) com perspectivas mais simpáticas ou, pelo menos, mais compreensivas.

Não nos importa aqui criticar o aumento da cobertura acadêmica-jornalística das “religiões” apontada por Juliano Spyer; em si mesmo, isso parece algo positivo. O que importa notar são as características indicadas e as ausências não indicadas: nesse sentido, o articulista é exemplar de vieses tanto da cobertura jornalística quanto das análises acadêmicas.

Antes de mais nada, embora esse antropólogo tenha uma abordagem “científica”, tanto ele quanto os pesquisadores “científicos” das chamadas “ciências da religião” adotam um con-

ceito de “religião” que é o mesmo que o senso comum adota e que iguala “religião” a “teologia”: crenças em divindades e em um suposto “outro mundo”. Além disso, de modo geral as teologias consideradas são as monoteístas, em particular as abraâmicas.

O resultado dessas concepções – que, importa insistir, são de senso comum e repetidas acriticamente pelas “ciências da religião” – é que se forcem e distorcem os dados da realidade para que caibam no esquema teórico. Religiões que cabem muito mal no esquema das divindades são forçadas nessa concepção, como o fetichismo, o budismo e até o confucionismo – isso, claro, para não falar das religiões metafísicas e, mais importante para nós, das humanistas.

Pesquisadores-jornalistas podem contribuir para popularizar pesquisas científicas e qualificar o debate público: isso é urgente quando a desinformação corre solta nas redes sociais e em que donos de redes mundiais manifestam-se a favor da desinformação, em particular de extrema-direita.

Sobre as “religiões”, pode ser interessante a simpatia por elas, ou, pelo menos, um esforço maior para compreendê-las. Talvez, como um sinal dos tempos,

os pesquisadores-jornalistas citados por Spyer são também sacerdotes das religiões; essa participação nas religiões permite acesso a dados e interpretações que, de outra maneira, talvez fossem mais difíceis de obter, e que o academicismo muitas vezes rejeita. Mas, embora Spyer não sugira nada assim, o fato é que essa participação nas religiões tem um certo ar de “lugar de fala”.

Ora, o conceito de religião das “ciências da religião” é ruim, muito restritivo; não diremos que é “etnocêntrico”, mas ele despreza tudo o que não se aproxima do sobrenaturalismo e dos monoteísmos abraâmicos. Na verdade, o materialismo científico tem nesse caso a degradante consequência de desprezar qualquer esforço religioso que seja humanista e imanentista. Da mesma forma, o quase “lugar de fala” aceito e valorizado para os monoteísmos é rejeitado para os humanismos.

Chegamos então ao que nos interessa. A maior cobertura supostamente mais profissional e com certeza mais simpática dos monoteísmos no jornalismo brasileiro não se estende ao positivismo, à Religião da Humanidade. De maneira notável e escandalosa, as três características indica-

das por Spyer para os monoteísmos não se aplicam ao positivismo: a cobertura sobre ele não é melhor nem mais profissional, não se dá voz aos seus sacerdotes e não se concede a ele nem simpatia nem compreensão.

O fato de que vulgarmente se entende que religião são principalmente os monoteísmos é apenas o começo do problema, reforçado pelos preconceitos materialistas do cientificismo. Mas, no fundo, há apenas má vontade e má-fé, ou seja, preconceito. Todos “sabem” o que é o positivismo (e todos “sabem” o que é “religião”); todos “sabem” qual a influência do positivismo no Brasil, no Ocidente e no mundo: assim, não é necessário ouvir os positivistas – e, em particular, quando o que há para ouvir vai contra o que se “sabe”.

Não importa que a extrema direita, durante o terrível governo fascista, tenha seguidamente afirmado que o positivismo é o culpado pelos problemas nacionais e tenha estimulado a morte dos positivistas (ver o nosso artigo “O positivismo como cortina de fumaça para os erros da direita brasileira”, publicado no **Monitor Mercantil** de 23 a 25 de maio de 2020). No Brasil segue-se o seguinte padrão: pode-se falar sobre o positi-

vismo o que se desejar, mas nunca se pode, nem se deve, ouvir o que os positivistas têm a dizer.

Dois exemplos ilustram com perfeição nosso argumento. Em 30/8/2022 a BBC Brasil publicou o texto “Ordem e Progresso: como as ideias de um filósofo francês do século 19 ajudam a entender a formação do Brasil”. Nesse artigo, fala-se profusamente sobre o positivismo, citam-se muitos professores universitários, argumentam-se muitas coisas, mostram-se muitas fotos. Mas o tom geral é negativo e, para quem conhece de verdade o positivismo, a desinformação sistemática abunda. Além disso, coroando esses feitos, é claro que absolutamente nenhum positivista foi ouvido.

Já em 16/12/2024, a ex-deputada federal comunista Manuela d’Ávila, em entrevista para o jornalista Chico Pinheiro pelo Instituto Conhecimento Liberta, repetiu que o positivismo é o responsável pelo militarismo e pelo fascismo no Brasil. Ela difundiu esses mitos conscientemente, com ligeireza e superficialidade, mesmo sendo jornalista e gaúcha, ou seja, tendo os meios para averiguar em primeira mão o que afirma (por exemplo, indo pessoalmente à Igreja Positivista

do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre).

Os exemplos acima são apenas dois em dezenas de outros possíveis. Se versassem sobre outras religiões ou filosofias – comunismo, feminismo, marxismo, catolicismo, liberalismo, candomblecismo, espiritismo, budismo, islamismo, cristianismos evangélicos etc. – ter simpatia ou compreensão pelo tema seria exigido, sem contar que ouvir algum representante seria pelo menos de bom tom; limitar-se a opiniões de terceiros, falar mal e não permitir réplica seria inimaginável. Mas, no caso do positivismo, esses comportamentos jornalisticamente antiéticos, politicamente irresponsáveis e moralmente desprezíveis são não apenas aceitos como são exigidos.

Em face disso tudo, o avanço sugerido por Juliano Spyer é assustadoramente parcial e enviesado: não se trata de melhoria na cobertura jornalística das “religiões”, mas apenas concessão às teologias monoteístas. O que não se enquadra nisso – em particular o humanismo positivista – a par da degradação geral da República e da laicidade no Brasil, é desprezado.

*Gustavo Biscaia de Lacerda é doutor em Sociologia Política e sociólogo da UFPR.*

# Sua empresa está preparada para a reforma tributária?

## Desafios e estratégias em 2025, último ano antes da transição

Por Pier Paolo Atti

Há mais de 30 anos, discute-se a necessidade de uma reforma nacional para simplificar a carga tributária do Brasil, tanto para as empresas quanto para os cidadãos, o que tornaria mais fácil o processo de crescimento econômico do país. Hoje, finalmente, vemos esse cenário se aproximar da realidade.

Não há dúvidas de que a desburocratização do sistema pode ser extremamente benéfica, pois elimina a complexidade de adminis-

trar diferentes impostos, otimizando os processos administrativos e diminuindo o tempo dedicado à papelada. Ainda assim, não dá para negar que a transição para o novo modelo tributário demandará uma adaptação meticulosa por parte das empresas, implicando a revisão de sistemas, a contratação de consultorias especializadas em questões fiscais e a reestruturação de processos internos.

Esse período de transição pode representar um desafio significativo e oneroso, principalmente para pequenas e médias empresas, que

frequentemente carecem da infraestrutura adequada para enfrentar essas mudanças com eficácia. Por isso, todo negócio tem a ganhar com uma preparação antecipada.

O ano de 2025 certamente trará ainda muitos debates, conforme o Conselho Federativo define assuntos como alíquotas, incidência, imposto sobre consumo, imposto sobre dividendos, imposto de renda etc. Contudo, as empresas já podem e devem se organizar a partir do que já sabemos e se atualizar a cada nova aprovação do governo.

Essa organização pode envolver toda a estrutura da

empresa, inclusive no que diz respeito à gestão de suas operações fiscais de transição de forma sistêmica. Ter consciência dessa complexidade é o primeiro passo para lidar com ela.

Então, é fundamental contar com profissionais capacitados para trabalhar tanto com o ambiente fiscal recorrente quanto com o cenário futuro, a partir das alterações previstas. A melhor saída é a criação de grupos de trabalho com foco na operacionalização das mudanças e, é claro, buscar empresas especializadas na área tributária como apoio técnico.

Essas mudanças podem estar presentes nas mais diversas áreas do negócio. Talvez seja necessário adquirir novas ferramentas de análise, por exemplo, ou reavaliar a precificação de produtos e serviços. Uma situação provável para muitos negócios é a alteração dos “paraísos fiscais” – locais onde diversas empresas baseiam suas fábricas ou operações logísticas por conta dos benefícios fiscais. Com a unificação dos impostos, essa estratégia não fará mais sentido e pode acabar se tornando prejudicial, em vez de positiva.

Enfrentar todos esses desafios requer um esforço colaborativo entre o governo, as empresas e a sociedade civil. Agora que chegamos ao último ano antes da transição, o tempo é precioso: quanto antes o preparo for iniciado, melhor. Afinal, o tema é de extrema complexidade – é importante que as empresas se empenhem agora para que o início de 2026 seja menos traumático para todos.

*Pier Paolo Atti é sócio da IRKO, empresa associada à Associação Brasileira de Provedores de Serviço de Apoio Administrativo (Abrapsa).*

# Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A

Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001

São Paulo - SP - Brasil

Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável

Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial

Adhemar Mineiro

José Carlos de Assis

Maurício Dias David

Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br

twitter.com/sigaomonitor

redacao@monitormercantil.com.br

publicidade@monitor.inf.br

monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura

Mensal: R\$ 180,00

Plano anual: 12 x R\$ 40,00

Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





## FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira  
Redação do MM  
fatos@monitormercantil.com.br

## Pânico na Faria Lima: chance de superávit primário em 2024?

Os prestigiados leitores que questionaram a coluna “Déficit de 0,1%: crise fiscal é ficção” (publicada em 7/1/2025), este escriba deve dizer que tinham razão. O percentual do déficit primário estimado para 2024 estava errado; só que para mais.

O insuspeito economista Felipe Salto, que foi diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, em artigo publicado no UOL nesta segunda-feira, calcula que o Governo Federal deve ter fechado 2024 em 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB, indicado da economia de um país).

Só que, como prevê a legislação, os gastos extraordinários de combate aos efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul devem ser retirados da conta. Salto chega assim ao percentual de -0,2%. Ou seja, se os números oficiais que serão divulgados pelo Banco Central (BC) no final deste mês confirmarem, o governo terá alcançado superávit fiscal.

De qualquer forma, muito longe do déficit de 0,8% estimado pelo mercado financeiro no início de 2024. Além disso, não justifica a reação histórica do mercado no final do ano passado: mesmo levando em conta o valor “cheio” (sem descontar o Rio Grande do Sul), o déficit seria metade do esperado no início do ano – e ninguém da Faria Lima demonstrou desespero na ocasião.

## Desenvolvimento e financiamento

O Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (Cicef) lança o livro *Seminários sobre Desenvolvimento e Financiamento*, organizado por Carlos Pinkusfeld Bastos, diretor-presidente do Cicef. O livro as contribuições dos economistas Gustavo Britto (UFMG), João Romero (UFMG), Victor Leonardo Araújo (UFF) e Manoel Pires (FGV), que ministraram os módulos do curso durante o 52º Encontro Nacional de Economia da Anpec, em Natal.

Os seminários abordam temas fundamentais para o desenvolvimento econômico do Brasil, aprofundando o debate sobre financiamento e investimento sob diferentes perspectivas. A obra contou com o patrocínio do BNDES e apoio do Governo Federal.

Entre os assuntos abordados estão a análise das políticas de desenvolvimento e seus impactos na economia brasileira, as estratégias de financiamento para projetos de infraestrutura e inovação, o papel do Estado e das instituições financeiras no processo de desenvolvimento, bem como os desafios e oportunidades para o crescimento sustentável no contexto atual.

O livro está disponível para download gratuito em [centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID\\_M=2399](http://centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_M=2399)

## Milei sem filtro

Carros argentinos estão circulando pelo Sul do Brasil com placas de papel. É a motosserra de Milei na prática: sem recursos, a Casa da Moeda de lá não conseguiu fabricar as placas.

## Rápidas

A Preâmbulo Tech passou da informatização básica para a automação e, agora, a inteligência artificial. No fim do 3º trimestre de 2024, lançou a Preâmbulo Legium, assistentes de IA para escritórios de advocacia \*\*\* A Accountfy, plataforma de gestão financeira, promoveu Aline Silveira ao cargo de Chief Revenue Officer (CRO) \*\*\* A executiva Carmem Alves lança no dia 19, às 16h, na Livraria Argumento no Leblon, o livro *Lágrimas do Sol* (Helvetia Editions), onde narra sua jornada de vida, cura e superação de um câncer raro e “incurável”.

# Fecomércio-SP vê desaceleração do mercado de trabalho ante 2024

Em 2025, o mercado de trabalho brasileiro deve criar entre 1,2 milhão e 1,5 milhão de novos empregos celetistas, de acordo com a projeção da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP). O cenário previsto pela entidade indica que o país enfrentará, neste ano, uma desaceleração na geração de postos de trabalho em relação a 2024, quando, até novembro, já havia o registro de mais de 2,2 milhões de novas vagas, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O arrefecimento previsto também pode ser constatado em comparação, principalmente, com a criação de empregos em 2021 e 2022.

Segundo análise da Fecomércio-SP, os prognósticos de redução do ritmo de geração de empregos são norteados pela conjuntura econômica mais desafiadora em 2025. Isso deve ocorrer especialmente em razão dos menores estímulos fiscais e do impacto dos juros mais elevados sobre a economia, consequência de uma demanda interna mais aquecida que a prevista, adicionando-se ao latente cenário de risco fiscal. Esses últimos fatores afetam diretamente os níveis atuais e de expectativas inflacionárias, levando a uma trajetória ain-

da mais contracionista da política monetária no país.

Nesse cenário, prevê-se menor crescimento econômico, pois a taxa de juros elevada encarece o crédito, reduzindo a capacidade de sustentação de consumo das famílias e de investimento das empresas.

“Famílias consumindo menos, empresas investindo menos. Não é só o PIB que crescerá menos, o mercado de trabalho também responderá com menor expansão”, explica Jaime Vasconcellos, assessor da Fecomércio-SP.

De acordo com ele, caso se confirme a projeção de crescimento de cerca 2% do Produto Interno Bruto em 2025 – conforme divulgado pelo Boletim Focus, a tendência mais provável é que o Brasil tenha um saldo de empregos celetistas com um acréscimo de 1,2 milhão. Se essa taxa de expansão ficar mais próxima dos 2,5%, a estimativa é que o mercado de trabalho registre até 1,5 milhão de novas vagas.

Entre janeiro e novembro de 2024, foram criados em torno de 2,2 milhões de postos de trabalho no Brasil, segundo dados do Caged. O setor de serviços liderou esse avanço, com a geração de quase 1,2 milhão de vagas, ou 53,2% do saldo total do ano. Os demais setores (indústria, agropecuária, comércio e construção

civil) também apresentaram aumento de empregabilidade no ano.

“A tendência para o ano fechado de 2024 é que o Caged nos mostre a geração inferior a 2 milhões de vagas, até pela conhecida sazonalidade negativa de dezembro, que deve retirar cerca de 400 mil postos laborais desse saldo acumulado até novembro”, avalia Vasconcellos.

Na visão da Fecomércio-SP, os resultados positivos do mercado de trabalho brasileiro no ano passado responderam ao ritmo mais acelerado da economia. “Esse crescimento sustentável dos empregos formais foram base também para essa expansão econômica, que, por sua vez, tem como base o aumento do consumo das famílias”, explica o assessor da entidade.

“Com o emprego aquecido – somado a uma política fiscal expansionista, certa estabilidade de preços, expansão de crédito, entre outros fatores –, houve um avanço mais que expressivo das expectativas de desenvolvimento da economia nacional em 2024. Além disso, a projeção é que o PIB tenha fechado dezembro em torno de 3,5%”, diz a análise.

Já segundo análise da LCA Consultores, o Brasil atingiu um recorde histórico de demissões voluntárias em 2024, com quase 8,5 milhões de trabalhadores optando por

deixar seus empregos. Esse movimento, impulsionado pela alta oferta de vagas no mercado, destaca a crescente competitividade entre empresas para atrair e reter talentos qualificados.

Nesse cenário, os benefícios corporativos têm se consolidado como um fator decisivo na satisfação e retenção dos profissionais. Pesquisa conduzida pela Caju revela que 85% dos colaboradores concordam que os benefícios oferecidos pela empresa influenciam diretamente sua satisfação no trabalho. A pesquisa, que entrevistou 524 funcionários CLT de diversas regiões do Brasil, apontou que 51% dos homens estariam dispostos a aceitar um salário menor em troca de benefícios mais atrativos. Já entre as mulheres, 76% afirmaram considerar os benefícios oferecidos pela empresa como um critério decisivo para aceitar uma oferta de emprego.

Alinhado ao cenário de demissões recordes no Brasil, outro recente levantamento da Caju revela que a geração Z, formada por jovens entre 24 e 28 anos, lidera as trocas frequentes de emprego no país – com 22% dos trabalhadores com um ano ou menos em seus empregos no ano passado, o maior percentual desde 2006. Além disso, 56% dos profissionais dessa geração afirmam que preferem deixar o emprego se isso interferisse em suas vidas pessoais.

## Transações de veículos usados atingiram recorde no ano passado

Dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade) com os números do mercado de veículos usados referentes a dezembro de 2024 e acumulado do ano apontaram que o segmento encerrou 2024 com 15.758.469 unidades negociadas, crescimento de 9,2% em relação a 2023 e de 2,6%, ante o ano de 2021, que detinha o recorde de transações até então. Em dezembro, foram 1.472.658 transações, aumento de 6,6% na comparação com o mesmo mês do ano anterior e de 15,9% em relação a novembro de 2024.

“O resultado demonstra a recuperação do setor automotivo e do segmento de veículos usados, acompanhando a evolução de novos, já que, na maior parte dos casos, quando o consumidor negocia um veículo 0km, oferece um usado como parte do pagamento, o que acaba estimulando, naturalmente, a gradual e necessária renovação da frota, favorecendo a segurança viária e a sustentabilidade do setor”, analisa Arcelio Junior, presidente da Fenabrade.

Os automóveis e comerciais leves usados somaram 1.118.246 negociações em dezembro, numa alta de 6,8%, na comparação com dezembro de 2023 e de 18,1% frente a novembro. No acumulado de 2024, esses segmentos atingiram 11.675.936 transações, crescimento de 9,4%. Os modelos com até três anos de fabricação representaram 14,2% do total negociado no mês. No acumulado de 2024, esses veículos representaram 12% das transações.

Em dezembro, os caminhões usados registraram 29.109 transações, crescimento de 1,3% na comparação com o mesmo mês do ano anterior e de 4,9% frente a novembro. A alta no ano foi de 3,3%. Já os ônibus usados somaram 3.664 unidades no mês, recuando 9,5% em relação a dezembro de 2023, mas crescendo 18,2% em comparação ao mês anterior. No ano, o segmento teve queda de 7%.

“Vale observar que esta queda ocorre em função do bom desempenho das vendas de ônibus novos, favorecidos pelo Programa Caminho da Escola, que ainda tem metade dos pedidos a escoar em 2025”, registra Arcelio Junior.

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DA JOALHERIA E LAPIDADAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINDJOIAS**  
CNPJ: 33.983.974/0001-91

**Edital de Convocação – Eleição Quadriênio 2025-2029**

Pelo presente edital, em conformidade com o Estatuto Social, será realizada eleição para a composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto à FIRJAN para o quadriênio 2025-2029, no dia 17 de fevereiro de 2025, no período das 08 às 14 horas, na sede desta entidade, situada na Rua Graça Aranha, nº 19, sala 404, Centro, Rio de Janeiro – CEP: 20030-002. Será de 5 (cinco) dias o prazo para o registro de chapas. O requerimento do registro de chapa, em 2 (duas) vias, acompanhado de todos os documentos exigidos para esse registro, dirigido ao Presidente da entidade, assinado por integrante da chapa e pela mesma responsável será entregue na Secretaria do Sindicato no endereço acima indicado, no horário de 09 às 18h, de 2ª a 6ª feira, onde se encontrará à disposição dos interessados, pessoa habilitada para atendimento. A impugnação de chapa ou de candidato poderá ser feita até 2 (dois) dias após a expedição de circular de divulgação de composição das chapas. Para a eleição, a Assembleia Geral Eleitoral instalar-se-á, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados quites e em condições de voto e, em segunda convocação, no mesmo dia e local, das 14:30h às 20:30h, com o número de associados presentes, sendo considerada eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos dos eleitores presentes. Havendo somente uma chapa inscrita, será declarada eleita a chapa, em escrutínio único de 6 (seis) horas, se obtiver a maioria dos votos das empresas associadas presentes e em condições de voto. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 2025.

**Carla Christina Fernandes Pinheiro**  
Presidente

**PERFORMANCE G.S.S.A.**  
Companhia Fechada / CNPJ/MF: 20.309.685/0001-60 / NIRE: 33.2.0939102-0  
**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 de abril de 2024**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** No dia 12 de abril de 2024 às 14:00 horas, na sede da Performance G.S.S.A. (Companhia), situada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 300, 9º andar, sala 903, Botafogo, CEP: 22.250-905. **2. CONVOCACÃO E PRESEÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação face à presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 124 § 4º da lei 6.404/76, conforme as assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas. **3. MESA:** Presidente: Luis Oswaldo Lopes Leite; Secretário: Renato Clark Leite. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade; Deliberar sobre a alteração de sede da Sociedade. Consolidar o Estatuto Social da Sociedade conforme as alterações propostas acima. **5. DELIBERAÇÕES:** Após analisadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas, por unanimidade de votos, deliberaram o que se segue: **1)** Aprovar a redução do capital social da Sociedade, no valor de R\$4.895.873,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e setenta e três reais) passando o capital social de R\$5.262.386,00 (cinco milhões, duzentos e sessenta e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais) para R\$366.513,35 (trezentos e sessenta e seis mil, quinhentos e treze reais e trinta e cinco centavos), com o cancelamento de 489.587 ações preferenciais e de 4.406.285 ações ordinárias. Em virtude das deliberações acima, o caput do artigo 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 5º.** O capital social é de R\$366.513,35 (trezentos e sessenta e seis mil, quinhentos e treze reais e trinta e cinco centavos) dividido em 329.862 (trezentos e vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e dois) ações ordinárias e 36.651 (trinta e seis mil, seiscentos e cinquenta e um) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas da seguinte maneira:

Sócios	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Capital Social
Performance Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0	36.651	10%
BVEP	329.862	0	90%
<b>TOTAL</b>	<b>329.862</b>	<b>36.651</b>	<b>100%</b>

**2)** Aprovar a alteração de sede da Sociedade, que passará da Rua Vinícius de Moraes, nº. 111, 1º andar, Ipanema, Cidade e Estado do Rio de Janeiro para Praia de Botafogo, nº. 300, 9º andar, sala 903, Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. Em virtude da deliberação acima, o Artigo 3º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº. 300, 9º andar, sala 903, Botafogo, CEP: 22.250-905.” **6. LAVRATURA ELEITURA DA ATA:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a Assembleia a presente ata lavrada e, depois de lida e aprovada assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes. Certificamos que a presente Ata é cópia fiel da original, lavrada no livro próprio. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. **Mesa:** Luis Oswaldo Lopes Leite (Presidente); Renato Clark Leite (Secretário). **Acionistas:** PERFORMANCE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Por: Luis Oswaldo Lopes Leite; BV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A Por: Alexandre Luiz Zimath e Rogério Monori.

## SEU DIREITO

# O Incra e a aquisição de imóveis por estrangeiros

Por Leandro Mirra

O tema da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil continua a ser uma questão delicada, permeando tanto o Judiciário quanto os bastidores políticos de Brasília. A Lei 5.709/71, juntamente com o Decreto 74.965/74, regula a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros e impõe restrições, como o tamanho das áreas adquiridas e a necessidade de aprovação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e, em alguns casos, pelo Congresso Nacional.

Atualmente, o tema é debatido em diversas frentes judiciais. Essas ações discutem, entre outros pontos, as restrições impostas pela Lei 5.709/71, em especial a regra que equipara a pessoa jurídica brasileira controlada por estrangeiros à condição de estrangeiro para fins de aquisição de terras.

A pretensão deste artigo não é adentrar ao exame dessa espinhosa discussão e suas particularidades. Mas apenas e tão somente chamar a atenção para um aspecto prático que, no calor da discussão, está sendo ignorado em toda essa discussão judicial, política e econômica, e que talvez — arrisca-se dizer — devesse ser o principal ponto de atenção: Incra.

Como se sabe, a aquisição e o arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros e pessoas jurídicas equiparadas a estrangeiros no Brasil possuem restrições previstas na Lei 5.709/71 e no Decreto nº 74.965/74, tais como o tamanho da área a ser adquirida ou arrendada, dentre outros.

Os projetos de compra ou arrendamento, quando envolvem estrangeiros ou empresas brasileiras equiparadas a estrangeiros, estão sujeitos à aprovação do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e, em algumas hipóteses, do Congresso Nacional.

Recentemente, no âmbito da ação popular 5019387-84.2024.4.03.6100, o autor popular juntou uma tabela divulgada pelo Incra referente aos pedidos de aprovação de aquisição e arrendamento de terras por pessoas jurídicas brasileiras equiparadas a estrangeira.

A referida tabela divulgada pelo Incra, que abrange apenas pedidos de aprovação submetidos entre 2014 e 2023, é interessante porque destaca a quantidade de processos em andamento, o momento em que foram abertos e o tempo de tramitação naquele órgão.

A tabela destaca a seguinte situação: de 2014 a 2023, foram registrados apenas 38 pedidos de aquisição de terras por estrangeiros, número insignificante frente as inúmeras operações de investimento estrangeiro envolvendo imóveis rurais; apenas 4 desses pedidos foram encaminhados ao Congresso Nacional para aprovação, nenhum deles solucionado até o momento; a maioria dos pedidos (34 de 38) foi protocolada há mais de 5 anos, e permanece sem conclusão.

Do exame da referida tabela, extrai-se algumas conclusões e preocupações: lentidão no processo de aprovação; impacto no fluxo de investimentos; insegurança jurídica; e consequências econômicas.

O cenário apresentado pela tabela do Incra deixa claro que o órgão tem enfrentado dificuldades em lidar com a demanda por aprovações de compras de terras por estrangeiros, criando um gargalo significativo no desenvolvimento de atividades econômicas no Brasil. A modernização dos processos e a redução da burocracia no Incra são medidas urgentes para fomentar um ambiente de negócios mais propício e atrativo para investidores estrangeiros.

A agilidade na análise dos pedidos não só aumentaria o fluxo de investimentos no setor rural como também proporcionaria maior segurança jurídica, incentivando o desenvolvimento econômico em diversas regiões do Brasil. A criação de mecanismos mais eficientes para a aprovação de tais projetos, aliada a uma maior transparência nas decisões, pode ser a chave para destravar o potencial de investimentos no país.

Dado o momento econômico e as oportunidades que o setor rural oferece, é crucial que o Incra adote medidas para acelerar a tramitação dos processos e assim garantir que o Brasil continue atraindo investimentos internacionais essenciais para o seu desenvolvimento.

Leandro Mirra é sócio responsável pelos segmentos de Agronegócio e Imobiliário na Nelson Wilians Advogados.

Leia a versão completa deste artigo em [monitormercantil.com.br/o-incra-e-a-aquisicao-de-imoveis-por-estrangeiros-no-brasil-impactos-e-desafios](http://monitormercantil.com.br/o-incra-e-a-aquisicao-de-imoveis-por-estrangeiros-no-brasil-impactos-e-desafios)

# Contribuição do MEI vai aumentar a partir deste mês

Com o aumento do salário mínimo de R\$ 1.412 para R\$ 1.518, alguns benefícios sociais e cobranças também são reajustados. Entre eles, está o valor do recolhimento mensal dos Microempreendedores Individuais (MEI), que tem uma contribuição fixa mensal, independentemente do faturamento, desde que esteja dentro do limite anual de faturamento de R\$ 81 mil.

O novo valor do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS-MEI) em 2025 será a partir de R\$ 75,90 e pode ir até R\$ 81,90, a depender da atividade exercida. Isso ocorre porque no DAS-MEI está incluso o valor referente à contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Esse custo representa 5% do salário mínimo para MEI mais R\$ 1 para quem exerce atividade

des sujeitas ao pagamento de ICMS e R\$ 5 para quem exerce atividades sujeitas ao ISSQN. Já para o MEI Caminhoneiro, o valor do DAS mensal será entre R\$ 182,16 e R\$ 188,16, de acordo com o tipo de produto transportado e local para onde é destinado.

O aumento do salário mínimo entrou em vigor no último dia 1º. O reajuste considera a inflação acumulada até novembro do ano anterior e o crescimento do Produto Interno Bruto de dois anos antes. O Sebrae oferece uma ferramenta gratuita de emissão do DAS-MEI no site da instituição ou via aplicativo.

Também desde o dia 1º, entraram em vigor as novas regras da Receita Federal para a fiscalização de transferências financeiras. A principal mudança inclui

valores transferidos via Pix que somam pelo menos R\$ 5 mil por mês para pessoas físicas e R\$ 15 mil para pessoas jurídicas, inclusive MEIs.

A mudança atualiza e amplia a obrigatoriedade de envio de informações à Receita via e-Financeira pelas instituições financeiras e instituições de pagamento. Em comunicado, a Receita Federal esclareceu que modernizou a fiscalização para incluir novos tipos de instituições do sistema financeiro, como fintechs e carteiras virtuais, contribuindo para combater a sonegação e garantir o pagamento correto dos impostos.

Anteriormente, apenas os bancos tradicionais, públicos e privados, eram responsáveis por repassar essas informações. Além disso, não havia obrigatoriedade de informar transações

realizadas via Pix, cartões de débito, cartões de loja ou moedas eletrônicas.

O gerente de Políticas Públicas do Sebrae Nacional, Carlito Merss, diz que a nova regra da Receita Federal que passa a acompanhar as movimentações do Pix é uma tendência global.

“O cruzamento de dados e fiscalização por parte do Estado vai viver uma revolução nos próximos anos em todo mundo. Não há outro caminho: ter uma conta específica para a sua empresa, por exemplo, cada vez mais deixa de ser uma boa prática e se torna uma exigência de transparência das operações do negócio”, comenta. “É fundamental que as empresas busquem cada vez mais digitalizar todas suas operações e mantenham seus registros atualizados”.

# Rio registra aumento de 5,3% nas vendas do setor de supermercados

Os supermercados do estado do Rio de Janeiro apresentaram alta de 5,3% nas vendas de novembro, em termos reais, ou seja, já descontada a inflação, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Foi o 17º mês consecutivo em que os supermercados apresentaram crescimento das vendas. O que significa que há mais de um ano e meio os supermercados do estado do Rio ampliam suas receitas todos os meses. O resultado de novembro foi, ainda, superior ao observado no mesmo mês do ano passado (+4,2%).

O desempenho positivo do setor de supermercados (+5,3%) impediu a queda do varejo fluminense, cujas vendas ficaram no mesmo patamar de novembro de 2023 (0%). Já são 17 meses

seguidos que os supermercados do Rio apresentam crescimento das vendas acima da média do varejo estadual. Os dados são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE.

Segundo a consultoria econômica da Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (Asserj), no acumulado do ano até novembro, as vendas dos supermercados fluminenses cresceram 5%, em termos reais, ou seja, já descontada a inflação, na comparação com o mesmo período de 2023. Destaca-se que esse bom resultado ocorreu sobre uma base já elevada, uma vez que o setor também registrou expressivo crescimento nas vendas nesse mesmo período em 2023 (+5,5%).

Para Fábio Queiróz, pre-

sidente da Asserj, os dados da pesquisa reafirmam a força e a importância do setor supermercadista no cenário econômico fluminense. “O resultado do setor de supermercados (+5,0%) tem contribuído para o crescimento da receita varejista fluminense. Nosso segmento vem impactando positivamente a receita do varejo fluminense em sua totalidade em 2024 (+1,7%). Há 17 meses, os supermercados do estado do Rio ampliam suas receitas todos os meses. Importante recordar que as vendas do varejo fluminense caíram em 2023 (-0,2%), pelo terceiro ano consecutivo, ao contrário da alta registrada nos supermercados (+5,6%)”, ressalta Queiróz.

Em nível nacional, a receita dos supermerca-

dos também apresentou crescimento expressivo no acumulado do ano até novembro (+5,8%), na comparação com o mesmo período de 2023. Onze das doze unidades da federação pesquisadas pelo IBGE registraram aumento das vendas, com maior crescimento no Rio Grande do Sul (+12,7%) e a única queda no Espírito Santo (-0,3%).

O Rio de Janeiro (+5%), por sua vez, apresentou apenas o nono melhor desempenho nacional e inferior à média brasileira, porém teve o melhor desempenho regional, no último ano. Notadamente, o Sudeste limitou o crescimento do setor de supermercados no Brasil em 2024, com todos os estados apresentando resultados inferiores à média nacional.

**ICONIC LUBRIFICANTES S.A.**  
CNPJ nº 05.524.572/0001-93 - NIRE 333.0032399-6  
**Ata da Assembleia Geral Extraordinária**  
**Data, Hora e Local:** 26 de novembro de 2024, às 18h, na sede da Iconic Lubrificantes S.A. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Leonardo Remião Linden - Presidente. Alexandre Augusto Bassaneze - Secretário. **Ordem do dia e deliberações:** 1. Autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos. 2. Aprovada, por unanimidade, a captação de empréstimo com o Banco Santander no montante total de R\$ 370.000.000,00 com aplicação da taxa de Certificado de Depósito Interbancário em 103% e garantia outorgada integralmente pela Ultrapar Participações S.A., CNPJ/MF nº 33.256.439/0001-39 e controladora direta da acionista Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. **Alexandre Augusto Bassaneze** - Secretário da Mesa. A íntegra da ata está publicada no endereço eletrônico deste jornal nesta data. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: Iconic Lubrificantes S.A. NIRE: 333.0032399-6. Protocolo: 2025/00132118-3. Data do Protocolo: 08/01/2025. Certifico o arquivamento em 10/01/2025 sob nº 00006745297 e demais constantes do termo de autenticação.

**EDITAL DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/ 16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por seu Presidente abaixo assinado, nos termos do Art. 49 de seu Estatuto, **CONVOCA** todos os associados, em pleno gozo de seus direitos sociais e estatutários, na base territorial deste Sindicato para se reunirem assembleia, no dia 23 de janeiro de 2025, às 18h em primeira convocação e às 18h30min em segunda e última convocação, no seu auditório, sito no endereço acima, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1- Deliberação sobre a instauração do processo eleitoral para escolha do novo Conselho Diretivo, incluindo Diretoria, Conselho Fiscal e demais órgãos do Sindicato; 2- Aprovação da data das eleições, inscrições das chapas, impugnação de candidaturas, apuração de votos, prazos para interposição de recursos, constituição e atribuições da Comissão Eleitoral e aprovação do Regulamento Eleitoral que irá reger a eleição; 3- Eleição dos (05) membros da Comissão Eleitoral que acompanhará todo o processo eleitoral junto a atual Diretoria do Sindicato.** Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2025.  
**JOSE FERREIRA PINTO**  
Presidente

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444





